



ALUNOS OU PRISIONEIRO? O CASO DO PATRONATO AGRÍCOLA DE ANITÁPOLIS/SC (1918-1930)

Daniel Alves Boeira¹

A história de uma instituição como o Patronato Agrícola de Anitápolis, antes de se tratar de uma análise restrita aos acontecimentos de uma determinada localidade ou, ao contrário, simples expressão da conjuntura regional e nacional, aparece para o historiador, como uma possibilidade de reconstruir histórias destas crianças e jovens para além do próprio patronato. Compreender a instituição em sua dinâmica interna, suas redes de relacionamentos - estabelecidas entre seus moradores ou com seus agentes educacionais - fornece-nos outros instrumentos para entender a complexidade de relações e comportamentos de pessoas comumente investigadas apenas no espaço produtivo.

O local da instituição e suas demandas, no entanto, não podem ser entendidos desvinculados do espaço do ensino e do trabalho, uma vez que as pessoas atuam, simultaneamente, nestes dois universos. O universo do ensino e o universo do trabalho, assim como o núcleo colonial e o patronato agrícola, estão interconectados pelas experiências e práticas cotidianas dos ditos *menores* e de seus educadores, visto nesta perspectiva como atores sociais. Desta forma, a vida do patronato está diretamente vinculada à vida do núcleo colonial (Anitápolis), torna-se necessário observar quais são seus canais de interlocução onde os jogos de poder e as disputas por direitos são travados. Neste caso, o Patronato Agrícola de Anitápolis, com sua criação em 1918 e seu término em 1930, apresenta alguns elementos instigantes para se tentar compreender os espaços de diálogos da vinda destes menores do Rio de Janeiro.

No período chamado de Primeira República (1889-1930), o estado brasileiro, imbuído dos discursos de modernização que apregoavam o controle da população, principalmente daqueles segmentos considerados *perigosos*, criou vários mecanismos de controle (leis, decretos e regimentos baseados na política higienista) e instituições como os Patronatos Agrícolas. Uma parcela desta população considerada perigosa era das crianças e jovens, eram *removidas* do Rio de Janeiro e mandadas para estas instituições, que tinham a finalidade de instruir e renegerar.

Localizado no Núcleo Colonial Federal Anitápolis², o patronato teve imensa importância para o núcleo e influenciou a região na época. Desde sua criação como núcleo colonial (1907) e

¹ Bacharel e licenciado em História pela UFSC, atualmente Mestrando em História pela UDESC.

E-mail: dboeira@yahoo.com.br

² O município localiza-se nas Encostas da Serra Catarinense, a uma altitude de 430 metros, ocupa posição geográfica a 27°54'07" de latitude e 49°03'43" de longitude. Possui uma área de 576 km² e pertence geograficamente à microrregião



mais tarde designado como distrito de paz (1917), Anitápolis apresentou alguns revezes para sua *modernidade*, como por exemplo, o declínio da imigração³. Peça chave na conquista deste espaço rural era necessário firmar este trabalhador na região, para alimentar com seus produtos agrícolas, moradores da capital Florianópolis e região.

Na primeira década do século XX, mesmo com 70% da população brasileira vivendo no meio rural, os centros urbanos recebiam um número elevado de pessoas, aumentando seu contingente populacional rapidamente, bem como seus problemas sociais. As condições de vida nos grandes centros eram precárias; a higiene, a saúde e a moradia não acompanhavam, nem em quantidade nem em qualidade, o ritmo acelerado e desordenado de crescimento da urbe.

Era extremamente necessário que o Brasil apresentasse melhoras significativas para entrar definitivamente na *Belle Époque* criada na Europa⁴. Era preciso que o país promovesse uma ampla reforma e remodelamento urbano, melhorando, sobretudo suas condições de saúde e higiene. O projeto de modernização consistiu em várias ações que visavam enquadrar o país dentro do modelo urbano europeu, podemos destacar alguns, como a demolição de cortiços e construção de habitações operárias.

A República Velha não conseguiu promover a sustentabilidade social para toda a população, pois as novas elites se empenharam em reduzir a complexa realidade brasileira, com mazelas do colonialismo e da escravidão, a modelos científicos europeus ou americanos. A república criou uma cidadania precária, calcada na iniquidade das estruturas sociais, continuando a geografia oligárquica imperial, através de seus coronéis. As alianças entre políticos paulistas e mineiros fizeram com que a presidência do Brasil fosse revezada pelos dois estados, durante a maior do tempo neste período.

Durante o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país podemos citar como um dos marcos do processo de construção de uma sociedade civil no país, o chamado *ruralismo*⁵, que desempenhou papel determinante e dirigente, na condução ideológica do que se costuma chamar de modernização conservadora. Seguindo o pensamento de Sonia Regina Mendonça, existem três postulados do ruralismo que recorrem à ordem da defesa da “*vocação*

do Tabuleiro e a mesorregião da Grande Florianópolis, dista da capital 108 km. BEDIN, Mara Lúcia. **Uma leitura sobre os trabalhadores rurais com enfoque em meio ambiente, saúde e qualidade de vida**. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 21.

³ BOEIRA, Daniel A. **Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

⁴ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875 - 1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 384.

⁵ Conforme Sonia Regina Mendonça: “*movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil – tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política – bem como aos conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participaram*”. MENDONÇA, Sônia Regina. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 10.



eminentemente agrícola do Brasil: a) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo, b) a necessidade da diversificação agrícola do país e c) a demanda pela reatualização das formas de imobilização da mão-de-obra junto à grande lavoura, constituindo o que se chamaria, à época, de uma nova civilização agrícola”⁶.

A Sociedade Nacional de Agricultura, criada em 1897, em meio ao turbulento período de consolidação do novo regime, foi uma das instituições civis que iniciaram a reatualização das formas de imobilização da mão-de-obra junto à grande lavoura, imbricando futuras preocupações e medidas a serem tomadas nos diversos interesses agrários desta instituição. Novas metodologias aplicadas pelo aprender vendo ou fazendo tornava-se critério dessa moderna pedagogia, geradora de uma nova tecnologia agrícola que precisava ser dominada e difundida, em prol da diversificação da agricultura.

Através da pressão da SNA⁷, foi criada em 1909, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio⁸, por sua influência, o governo mudou a forma de arremeter a mão de obra que o campo precisará, *colonizando e educando* os nacionais, englobados por denominação, os libertos e seus descendentes, assim como os sertanejos e caipiras⁹, uma alternativa ao imigrantismo¹⁰.

No Núcleo Colonial de Anitápolis, a partir de 1914 houve maciça migração deste contingente, inclusive pessoas oriundas de regiões como o Nordeste e o Contestado¹¹, os nacionais. A sua fixação no campo, através do trabalho na lavoura e nas outras lidas, fez com que sua adequação às adversidades que o Núcleo tinha (relevo acidentado, mudanças climáticas bruscas e a floresta fechada) fosse maior que a do estrangeiro.

No âmbito nacional, existiam também conexões entre lideranças empresariais, políticas e médicas em torno dos ideais eugênicos¹². Uma vez que a Abolição abria caminho para configurar-se um mercado de trabalho, produzia homens juridicamente livres e teoricamente dotados de mobilidade, o Estado voltou suas atenções para esta *clientela*.

⁶ MENDONÇA, Sônia Regina. **Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil**: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. Mundo Agrario. Revista de estudios rurales, nº 1, segundo semestre de 2000 Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de La Plata. p. 3.

⁷ Sociedade Nacional de Agricultura

⁸ Inicialmente com o nome *Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio*. MENDONÇA, Sônia Regina. **O Ruralismo Brasileiro** (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 123.

⁹ Idem, p. 87.

¹⁰ O imigrante, ou colono estrangeiro estava subordinado às autoridades governamentais que, num nível mais imediato eram os administradores das colônias, e não possuía direito à cidadania, conforme SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

¹¹ BOEIRA, Daniel A. **Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis** (1907-1917). Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, p. 37.

¹² MARQUES, Vera R. Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 15.



O MAIC¹³ criou várias frentes, para os filhos dos agricultores, jovens entre quatorze a dezoito anos, os *aprendizados agrícolas*. Eram cursos de formação técnica rural, onde os jovens aprendiam o ensino primário, associado ao regime de internato, tinham duração de dois anos. Entre 1991 a 1928, matricularam-se entre 150 e 250 menores, distribuídos por unidades distintas da federação¹⁴. Para a juventude desviante, urbana e ociosa, considerada um inconveniente para a sociedade, uma das saídas encontradas foi seu envio para zonas que precisavam ser colonizadas, para que lá trabalhassem da forma que era necessária, nos patronatos agrícolas. Criados em 1918¹⁵, pelo MAIC, estas instituições atendiam em especial, um dos grupos sociais que fugiam aos *códigos informais* da ordem vigente, dos considerados menores de rua e delinquentes juvenis¹⁶.

Cabia ao representante direto do Estado e mantenedor da lei e da ordem que tanto se almejava – a polícia – o manejo e a condução desta *limpeza social*. O agente policial procedia a uma classificação: era o seu olhar, informado pelo exercício cotidiano de sua função, que definia quem se encontrava na condição marginal e quem não; as ruas eram seu grande tribunal.

Os meios para transformar a criança em futuro trabalhador nacional eram coercitivos e, de certa forma, violentos, pois muitos deles já se encontravam em reformatórios e prisões da capital federal¹⁷. O objetivo era ajustá-los ao meio social pela disciplina do trabalho, erradicando, os chamados vadios do seio da sociedade. Alguns estudiosos da época sobre a questão da minoridade defendiam o encarceramento dos menores¹⁸.

Havia distinções por parte da polícia e alguns órgãos governamentais entre *menores delinquentes e menores abandonados*, pois os abandonados tinham como destino as casas de assistência, vinculados à Igreja Católica, tendo o Estado na sua tutela. No período entre 1870 e 1927, foi elaborada uma série de leis relativas aos menores¹⁹, culminando no *Código de Menores*, de 1º de dezembro de 1926.

¹³ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

¹⁴ Id. Ibid. (1997), p. 165.

¹⁵ O Decreto nº 12.893 de 28/02/1918, criou os Patronatos Agrícolas em São Paulo (Monção), Minas Gerais (Visconde de Mauá, Venceslau Brás, Casa dos Otoni e Delfim Moreira) e Santa Catarina (Anitápolis). Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (RMAIC), 1919.

¹⁶ A atual nomenclatura faz referência às “crianças e jovens em situações de risco ou crianças e adolescentes em conflito com a lei”. Preferimos preservar a nomenclatura da época.

¹⁷ Após breve averiguação nas fontes em Anitápolis, constatamos que apenas crianças da cidade do Rio de Janeiro e adjacências vieram para o Patronato deste Núcleo Colonial.

¹⁸ RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

¹⁹ RIZZINI, Irene. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1997, p. 271-275.



A intenção era valorizar o projeto de um Brasil moderno voltado ao trabalho (agrícola), direcionando a iniciativa à parcela de menores de rua e delinquentes juvenis que se formava nos grandes centros urbanos. Os patronatos eram vinculados ao Serviço de Povoamento (inserido no MAIC). Muito tinham em comum, já que alguns patronatos pelo país foram sediados nos núcleos coloniais. O Patronato Agrícola assume o binômio transformação e controle do espaço rural, inserindo na colonização estatal “[...] *uma solução complementar ao esforço policial de manter a ordem, mas também como uma forma específica de entendimento do espaço rural*”²⁰.

O Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio corrobora esta ação estatal:

Em todos os centros populosos cresce, dia a dia, o sombrio exército de meninos abandonados, criminosos e malfeitores de amanhã, pejando os tribunais, enchendo as cadeias, em vez de constituírem elementos computáveis da economia. Dar a mão a essas crianças – órfãos de pais vivos – impelidas à ociosidade e ao vício, assegurar-lhes uma atmosfera oxigenada de bons sentimentos, prendê-las à fecundidade da terra ou habilitá-las na tenda da oficina ou de uma profissão é transformar cada uma delas em fator de engrandecimento coletivo²¹.

O público atendido no Patronato Agrícola de Anitápolis era somente de meninos, na grande maioria do Rio de Janeiro, alguns poucos estrangeiros e de outras localidades. O encaminhamento para os patronatos em geral era por *seleção* nas instituições como: a Casa de Detenção do Distrito Federal, a Casa de Preservação do Patronato de Menores, o Depósito de Presos, a Escola de Menores Abandonados e a Escola Premonitória Quinze de Novembro, e das ruas também.

Os patronatos funcionaram como alternativa às tradicionais instituições presidiárias urbanas, tidas por degradantes e infames, porém, pelo seu caráter fechado e segregacionista, acabariam por produzir outro tipo de detentos, terapeuticamente adestráveis por essas *escolas de trabalho*²².

Ao longo do funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis, o número de crianças e adolescentes atendidos, em média de 150 a 200 internos por ano, conforme observado nos relatórios, um número considerável. A idade mínima para o ingresso era de nove anos, e aos dezoito eram desligados da instituição. Muitos deles, após seu desligamento, voltavam para as cidades de origem para reencontrar seus parentes. Alguns poucos ficaram em Anitápolis e ganhavam lotes de terras, para dar continuidade ao que lhes fora ensinado, uma espécie de recompensa para aqueles que apresentassem *bom* comportamento.

Seus amplos galpões abrigavam oficinas, escola, enfermaria, celeiro, almoxarifado, estábulos, refeitório, escritório. Somente a administração e o dormitório foram construídos em um prédio de alvenaria, em cujo porão funcionava como instalação para encarcerar os internos que

²⁰ VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 79.

²¹ Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 137.

²² Id. Ibid. (1997), p. 166.



cometiam alguma falta grave na instituição, como por exemplo: faltas disciplinares (brigas, atos de vandalismo, gazar aulas e fugas da instituição).

O Patronato Agrícola causou tanta atenção na região, que no dia 1º de setembro de 1918, o jornal *A Comarca* apresentava em uma de suas páginas:

Pelo Ministério da Agricultura foi criado o Patronato Agrícola do Núcleo Anitápolis, sendo para esse estabelecimento nomeados os seguintes funcionários: Diretor, Edgar Carneiro; Médico, Dr. Oswaldo Neves de Espindola; Farmacêutico, José d'Acampora; Secretário, Luiz Ferreira de Mello; Ecônomo, Bethino Pereira; Mestre de Culturas, Engenheiro Agrônomo Rangel e Porteiro - Continuo, Victorino Guedert.

Devem ser nomeados ainda os professores primários.

Para o Patronato, que é destinado ao amparo de **meninos abandonados e desocupados**, devem ter chegado, procedentes do Rio, cem menores.

O núcleo Anitápolis está aparelhado a receber 180 menores.²³ (grifo meu)

No cumprimento de suas finalidades, os patronatos eram definidos como núcleos de ensino profissional destinados a habilitar seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais, dependendo da região que o patronato fora instalado e da necessidade agro-econômica da região. Com base na análise de alguns relatos da instituição, a intenção pedagógica era uma educação integral não formal, que propiciasse uma profissão aos internos, para que eles se tornassem, entre outras coisas, conhecedores das atividades relacionadas à agricultura – que consistiam no acompanhamento de todo o processo de produção, desde a derrubada da mata, plantio, cuidados da lavoura e colheita. Havia também atividades de criação de diversos animais, como porcos, galinhas, cavalos e bovinos.

A aprendizagem adquirida no Patronato Agrícola modificava o meio circundante ao núcleo colonial, e a interação dos alunos com a natureza transformando-a e adaptando-a as necessidades deles. O ensino teórico era bastante amplo; os internos aprendiam as teorias relacionadas às atividades que desempenhavam. Outros ofícios eram ensinados, como selaria, ferraria e sapataria, com o objetivo de oportunizar a aprendizagem de outras profissões. De acordo com o ministro Ildefonso Simões Lopes, os patronatos destinavam-se a fornecer “[...] *bons chefes de cultura, capatazes e tratadores*”²⁴.

Podemos constatar que a preocupação com a revolta dos internos era uma constante, uma vez que a força policial disponível na sede do núcleo constituía-se de mais de trinta homens, um contingente considerável se avaliarmos que a população do núcleo colonial estava na casa dos dois mil habitantes.

Através de documentos é possível constatar a credibilidade do Estado em relação ao sistema de Patronato. Exigia-se um grande número de proventos para a manutenção da instituição, o que

²³ Jornal *A Comarca*, Palhoça, ano I, 01/09/1918,.

²⁴ Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1919, XVI.



era, em parte, fornecido pelo próprio núcleo, que chegou a ser, segundo relatórios, um dos mais promissores do Brasil. A povoação progredia “[...] *a olhos vistos*”²⁵.

A par das noções de agrotecnia e veterinária, o ensino aí ministrado ainda incluía a educação cívica, quase um militarismo, atentando as noções de ordem, civismo e autodisciplina. Os patronatos eram talhados para o exercício da função arregimentadora de mão-de-obra disciplinada, principalmente na conjuntura desvelada pela Primeira Guerra Mundial.

Desta proposta intenciona-se discutir os acontecimentos e as experiências relativas aos internos do Patronato Agrícola Anitápolis, refletindo a inclusão desses jovens e suas relações com a própria instituição de *correção*, intensificando as formas de participação das crianças e jovens na instituição e sua interação com o núcleo colonial.

O ensino em instituições como o Patronato Agrícola de Anitápolis, tinha o propósito de transformar crianças e adolescentes em jovens trabalhadores. Esta política educacional muitas vezes causava atritos entre educadores e educandos. O público atendido nesta instituição era formado por menores, considerados perigosos, que andavam na contramão da pedagogia do progresso e do discurso modernizador. Nosso objetivo é tentar elucidar esta trama social através do olhar historiográfico, mostrando a relação de forças entre a instituição (patronato) e seus alunos (menores), através da análise de prontuários, relatórios e fichas.

Embora a temática abordada remeta ao início do século XX, o assunto é extremamente atual e relevante. Atualmente, a temática ainda é um caso delicado a ser tratado; os patronatos agrícolas já não existem mais, outros nomes e formas de tratamento foram adotados²⁶. Entretanto, o *adolescente infrator*, como é mencionado no Estatuto da Criança e Adolescente, ainda é uma questão do Estado.

Percebendo que o problema persiste, esta comunicação tem a finalidade de servir como uma espécie de contribuição social, a fim de dar subsídios históricos e pedagógicos para entendimento de tema tão atual, a infância pobre e desamparada.

Bibliografia

ARAÚJO, Hermetes R. **A invenção do litoral**. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), Pontífice Universidade Católica/SP.

²⁵ DALL’ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Edição do Autor, 1973, p. 337.

²⁶ Citamos alguns em Santa Catarina: Casa Lar, Fundação Pró-Menor, Plantão Interinstitucional de Atendimento ao Adolescente (PLIAT), Centro de Internamento Provisório, Centro de Internamento São Lucas.



- BEDIN, Mara Lúcia. **Uma leitura sobre os trabalhadores rurais com enfoque em meio ambiente, saúde e qualidade de vida**. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BOEIRA, Daniel A. **Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- BRAGA, Ana Beatriz. **A construção social da infância trabalhadora na Primeira República**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/Depto de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRJ, 1993.
- BRASIL. **Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**, 1918 - 1930.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- DALL'ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Edição do Autor, 1973.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1 (Uma História dos Costumes), Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.
- _____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000;
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.
- HAHNER, June. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870 - 1920)**. Brasília: Ed. UnB, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875 - 1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Jornal **A Comarca** (Palhoça) 1917-18 – Biblioteca Pública de Santa Catarina.
- MARQUES, Vera R. Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo brasileiro**. São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____. Estado e a Construção da pobreza rural no Brasil (1888-1930). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 08, Florianópolis, 2000.
- _____. **Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura**. Mundo Agrário. Revista de estudios rurales, nº 1, segundo semestre de 2000. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de La Plata.
- MENEZES, Lená M. de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 - 1930)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.
- RIZZINI, Irene (Org.) **Olhares sobre a criança no Brasil**. Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1997.
- RIZZINI, Irene. **Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989.
- _____. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1997.
- RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.
- VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.